

---

## **Esfera pública e autoimagem: elementos para compreensão do discurso jornalístico (um estudo de caso)<sup>1</sup>**

Eduardo Marangoni CANESIN<sup>2</sup>  
Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP

### **Resumo**

O presente paper é síntese de dissertação de Mestrado defendida na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp<sup>3</sup>. Discute a cobertura do jornal *Folha de S.Paulo* sobre a reorganização escolar (2015) e as ocupações secundaristas ocorridas no Estado de São Paulo. Foi identificada uma mudança discursiva ao longo dos dias, no qual as ocupações, antes condenadas e chamadas de “invasões”, passaram a ser defendidas como manifestações legítimas e democráticas. Buscamos explicar essa mudança com base nas discussões sobre esfera pública, campos simbólicos e autoimagem do jornal.

**Palavras-chave:** Esfera pública; autoimagem; reorganização escolar; ocupações secundaristas; *Folha de S.Paulo*.

### **Introdução: reorganização escolar, ocupações secundaristas e porquê estudar a cobertura jornalística desse evento**

No dia 23 de setembro de 2015, no programa telejornalístico *Bom Dia São Paulo*, da Rede Globo de Televisão, foi apresentada uma mudança que ocorreria na rede pública de ensino do estado de São Paulo. Tal mudança foi apresentada pelo então secretário de Educação e passaria a vigorar já no ano seguinte. Tratava-se da reorganização escolar.

Tal proposta planejava transferir alunos entre escolas, criando instituições de ciclo único: algumas teriam alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, outras, do sexto ao nono e, por fim, outras acolheriam alunos do primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio.

As justificativas apresentadas apontavam para a queda do número de alunos na rede pública ao longo dos anos e a quantidade crescente de salas ociosas. Tratava-se, a rigor, de uma medida gerencialista para otimizar gastos. Além disso, havia o pressuposto de que alunos em escolas de ciclo único aprendem mais e melhor do que em escolas com todos os ciclos.

---

1 Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Doutorando em Ciências Sociais pela EFLCH-Unifesp. E-mail: [eduardomcanesin@gmail.com](mailto:eduardomcanesin@gmail.com)

3 CANESIN, Eduardo. *Comunicação e esfera pública: análise da cobertura do jornal Folha de S.Paulo* (versão online) sobre a reorganização escolar (2015) e as ocupações secundaristas. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, 206 p., 2018

---

Os principais afetados pela medida, os alunos, não aceitaram passivamente a proposta. Poucos dias depois de tal apresentação, começaram os protestos, passeatas e atos em cidades do Estado. Com o passar do tempo, novas táticas foram adotadas, como as ocupações: os alunos entravam na escola e passavam a “viver” lá, impedindo as aulas e outros serviços administrativos, como forma de reivindicação.

Essa tática, somada aos inúmeros outros protestos e à ampla visibilidade pública alcançada pelo movimento, obteve êxito: a proposta de reorganização escolar foi suspensa (embora tenha ocorrido de forma branda e camuflada, posteriormente), causando um grande desconforto na cúpula do partido que comandava o Estado (PSDB).

Estudar a cobertura jornalística desse evento específico se mostra uma atividade relevante por dois motivos: em primeiro lugar, porque não houve uma comunicação oficial e transparente da Secretaria de Educação a respeito da proposta. Os estudos que embasaram a decisão e os efeitos que a reorganização traria só vieram a público pelos jornais – os quais cumpriram, portanto, seu papel de informar e de fiscalizar os atos do governo.

Em segundo lugar, porque é possível ver, ao longo da cobertura, uma mudança discursiva, contemplando a opinião pública que se formou sobre as ocupações secundaristas: nosso objeto de estudo (a *Folha de S.Paulo*, jornal diário de maior circulação no país) inicialmente era infenso aos protestos e, posteriormente, alterou sua visão – por mecanismos que analisaremos ao longo deste paper.

Acreditamos, portanto, que este estudo de caso é de grande valia por mostrar o papel que o jornalismo escrito possui (a despeito do surgimento de inúmeras outras fontes de informação, como as redes sociais), trazendo um debate qualificado sobre os assuntos. E, também, por mostrar que os jornais atuam em um campo simbólico e suas coberturas sofrem o constrangimento advindo da posição que ocupam neste campo – algo exemplificado pela autoimagem do veículo. É isso que pretendemos argumentar neste trabalho.

### **Discussão teórica: esfera pública, campos simbólicos e a autoimagem do jornal**

Para Habermas (2014 [1962]), quando a imprensa surge, além da preponderância da publicização das notícias, acessíveis ao público em geral, há um forte

---

questionamento do poder soberano e de suas decisões, contestando seu poder e exigindo transparência – era a gênese da esfera pública burguesa.

Embora essa função de publicizar e cobrar transparência no trato com a coisa pública continue presente, com o passar do tempo houve, como afirma Habermas (*ibid.*, p. 419), uma refeudalização da esfera pública, com a notícia aparecendo como mercadoria: não é mais discutida mediante razões, mas meramente consumida, com os argumentos sendo convertidos em símbolos (*idem*, p. 439), não permitindo sua contestação.

Isso, contudo, não impede que surja, dentro desta nova lógica, uma esfera opinativa e de debate – espaços de discussão e de deliberação, como as releituras da teoria habermasiana argumentam (GOMES e MAIA, 2008; MAIA, 2008).

Como mostra Lycarião (2010), há que se fazer uma cisão dialógica entre visibilidade e discutibilidade: ainda que os meios de comunicação possam apresentar uma série de características que poderiam ser entendidas como patológicas para a comunicação<sup>4</sup>, nada garante que seus conteúdos serão recebidos da forma como foram apresentados, sem resistência por parte da audiência.

Com efeito, é isso o que argumenta Gomes (2008), ao afirmar que os meios de comunicação permitem que os temas sejam apresentados para um amplo público (não mais um pequeno grupo burguês). Esses indivíduos não estão isolados. Eles possuem grupos aos quais se filiam e com os quais dialogam. Para o autor (p. 131), deveríamos entender que, com o advento dos meios de comunicação, a estrutura da esfera pública se alargou: há, agora, a esfera da visibilidade pública e a esfera da deliberação pública.

Se é verdade que a esfera da deliberação pública ficou estrita aos parlamentos e em menor grau à sociedade civil (*idem*, p. 160), essa seria uma característica da democracia representativa que se fundou, não necessariamente resultado das atuações midiáticas. Apesar disso, a visibilidade permitiria que os temas fossem discutidos pelos telespectadores, com suas redes de conhecidos. Para o autor, “é a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia” (*idem*, p. 162).

Com a visibilidade, os indivíduos discutirão sobre aquilo que é trazido a seu conhecimento e formarão suas opiniões após dialogar com suas redes mais próximas.

---

4 Habermas (2009, p. 172-180) elenca tais características, que são: a construção de consumidores, não de cidadãos; monopólios dos meios de comunicação; manipulações de informações e desinteresse em apresentar visões alternativas sobre um mesmo evento; acesso seletivo aos espaços de debate e deliberação; colonização da esfera pública por imperativos de mercado; polarização e simplificação dos conflitos; sentimento de impotência e baixa confiança na política.

---

Diante da posição que se tomará, os resultados serão dados em termos de votos (quando de uma decisão política), ou da aprovação ou reprovação do que está sendo proposto.

A falta de mobilização maciça popular diante das notícias ou eventos apresentados não é resultado de uma passividade construída pela veiculação midiática, mas indica que os indivíduos apenas protestarão contra elementos concretos que os afete mais diretamente. Isso, contudo, não significa que não haja manifestações “menores”, de acordo com cada questão e público afetado (MENDONÇA e MAIA, 2008, p. 133-6).

Como coloca Maia (2008, p. 181), os diversos públicos precisam “fazer notícia”, criando fatos noticiosos como manifestações, passeatas, trancamentos de ruas, dentre outras táticas, para conseguir visibilidade para suas pautas. Somente assim, com a divulgação de notícias sobre um evento, poderão chamar um amplo público para o debate, discutindo suas questões<sup>5</sup>.

Deste debate, decisões serão tomadas e tais decisões, por vezes, refletem-se no seio político, com o atendimento de pautas. Tudo dependeria do apoio maciço do público a um determinado aspecto (o que só se daria pela discussão propiciada pela visibilidade de um evento).

Nesse sentido, o que de pior poderia acontecer a um evento seria não ser noticiado – pois, nesse caso, perderia seu esteio de debate público, deixaria de ser visto por ampla audiência e não suscitaria grande discussão.

É para evitar isso que os movimentos de protesto e reivindicação assumem ares estético-expressivos (DOWBOR e SZWAKO, 2013), na tentativa de ganhar visibilidade midiática para seus conflitos<sup>6</sup>.

Aliás, Chaparro (2014) indica que o jornalismo só cumpre seu papel quando permite a existência de conflitos em suas páginas, em vez de tentar uma pacificação que é inexistente no seio da sociedade.

Assim sendo, os movimentos contestatórios, para ganhar visibilidade midiática, precisam “fazer notícia” e captar a atenção dos meios de comunicação, pois só assim

---

5 A autora coloca ainda que o ambiente midiático é, também, um fórum para o debate cívico, permitindo, mesmo que as pautas e políticas públicas propostas não sejam alcançadas, que identidades sejam construídas e reforçadas, permitindo a criação de laços entre indivíduos e relações intersubjetivas, alcançando novas audiências e estabelecendo um diálogo mais amplo (MAIA, 2009, p. 113).

6 Como coloca Blotta (2013, p. 450), “assim como não existe comunicação sem um suporte linguístico, não há argumentação sem sua respectiva autorrepresentação estética”. Assim sendo, esses recursos adotados em manifestações, e mesmo a lógica imagética dos meios de comunicação, não consistiriam elementos patológicos por si, sendo meras possibilidades discursivas e de captação de visibilidade. Se permitissem, com isso, a reflexão e a discussão pública, teriam cumprido seu papel e permitido a comunicação.

---

terão suas pautadas apresentadas a um público mais amplo, que poderá endossar o protesto.

Todavia, faz-se mister ressaltar que conseguir a visibilidade é só o primeiro passo da disputa: a forma como o movimento é retratado é o segundo elemento a ser levado em consideração.

Com efeito, como coloca Mauger (2007, p. 73ss), com frequência movimentos contestatórios sofrem um processo de desqualificação política e jurídica que traz os atores em disputa para o mesmo campo, com um léxico semântico único para descrever o evento – isto é, usa-se o léxico estatal para definir os atores em disputa contra o próprio Estado (por exemplo, chamar de “invasão”, baseada nas categorias jurídicas estatais, uma tática de resistência usada contra o próprio aparato estatal).

Em outras palavras, aqueles que contestam deixam de ser atores políticos com uma reivindicação e passam a ser entendidos como pessoas que infringem o direito comum, que cometem um ato ilegal (MAUGER, 2007, p. 74s).

Isso acontece, como mostra Champagne (1995), porque o campo jornalístico é “dependente” de outros dois campos, o político e o econômico. Diante disso, suas visões de mundo passam a ilustrar as divisões próprias dos campos aos quais está “submetido”. Em outras palavras, o jornalismo veicula produções de sentido inerentes ao mundo político e econômico. A explicação do mundo passa a ser gerida por essas duas lógicas.

Mais do que constatar a dependência do campo jornalístico à política e à economia, é vital salientar que, a despeito dessa dependência, o campo é relativamente autônomo em seu agir. Nas palavras de Bourdieu, “dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos” (BOURDIEU, 1997, p. 55).

Não estamos diante, portanto, de um mero reproduzidor de discursos de outros campos. Há uma lógica interna inerente ao jornalismo, o qual se vale das visões de mundo oriundas da política e economia, mas as trabalha e desenvolve segundo a atuação dos próprios atores no campo jornalístico.

Ainda segundo Bourdieu,

um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças (BOURDIEU, *ibid.*, p. 57).

---

Assim sendo, para se entender o que é veiculado na imprensa é preciso saber qual a posição que o jornalista que escreveu a matéria ocupa neste campo, assim como a posição que o veículo no qual trabalha ocupa (idem, p. 58). Algo nesse sentido poderia ser analisado levando-se em conta o peso econômico do jornal, quantidade de leitores, bem como peso simbólico (idem, p. 58).

É apenas por meio desse recurso que poderíamos entender as posições tomadas por um meio de comunicação específico, vendo o que ele veicula e o que relega a segundo plano (ou mesmo nem menciona). De igual modo, teríamos possíveis explicações para a forma como ele veicula o que é publicado, que vozes conseguem se manifestar e quais visões de mundo são mobilizadas na cobertura.

Miguel e Biroli (2010, p. 69) arriscam, nesse sentido, que “como os jornalistas estão na posição de ‘classe média’, é natural que na imprensa haja também o predomínio de uma perspectiva de ‘classe média’”.

No entanto, o predomínio de uma perspectiva de classe média pode se justificar por outros meios, como a tentativa dos órgãos de imprensa de atingir um público extenso, adotando pontos que não choquem, que evitem exclusões ou divisões (BOURDIEU, *ibid.*, p. 63).

Um outro indicador que pode servir para análise e reflexão é o *status* do jornal (sopesado sobretudo pela circulação que possui) e a autoimagem do veículo (PIRES, 2008), isto é, a posição que ele se enxerga ocupando e a sua definição em termos de valores e visões de mundo. No caso de nosso objeto de estudo, por exemplo, a *Folha de S.Paulo* se apresenta como um jornal democrático de inspiração liberal (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 28). Assim sendo, ela trará essas visões liberais para sua cobertura jornalística. Será seu enquadramento, a visão de mundo (ou ideologia) veiculada.

Independentemente desses constrangimentos inerentes ao campo jornalístico, que afetam o processo da produção de notícia, o fato é que, uma vez publicada a matéria, o público poderá reagir a ela, conforme esteja diante de um tema que lhe afete – a dimensão da discutibilidade pública.

Tal reação, por sua vez, pode até mesmo afetar e constranger os meios noticiosos, forçando-os a uma mudança discursiva – sobretudo se essa mudança se fizer necessária por um duplo constrangimento: da opinião pública e do campo simbólico (algo que ocorre nos momentos em que o jornal faz uma cobertura que afeta a autoimagem que foi construída, conforme argumentaremos na próxima seção).

---

Assim sendo, nessa dinâmica, temos um primeiro movimento do grupo contestatório, que age para alcançar visibilidade (advinda dos meios de comunicação). Após essa etapa, as notícias serão vistas e gerarão discussões e debates na esfera pública, o que pode se converter em uma nova cobertura, com mudanças discursivas que acompanhem esse debate. É o que veremos agora.

### **Achados empíricos e análise dos dados**

Por meio de um minucioso clipping no site do jornal *Folha de S.Paulo* – que foi escolhido como objeto de estudo tanto por ser o jornal de maior circulação do país quanto aquele que é considerado o simbolicamente dominante em seu campo (NIEMIETZ, 2017) – foram localizadas 205 matérias (englobando desde notícias e reportagens até colunas e editoriais).

Tal conteúdo informacional foi publicado ao longo do período compreendido entre 23/09/2015, a data em que se publicou a primeira matéria sobre a proposta de reorganização escolar, e o dia 15/12/2016, ocasião em que o jornal publicou uma pesquisa do instituto Datafolha falando a respeito do apoio às ocupações, por parte dos pais e alunos.

Apesar desse grande intervalo temporal, a maior parte das matérias se concentrou entre outubro de 2015 e janeiro de 2016 (180 matérias) e, a partir de fevereiro, o foco foi o desfecho do evento, com as lições tiradas, repercussões e “contagem” dos prejuízos e depredações sofridos pelas escolas.

Em maio de 2015 (mais precisamente no dia 08 daquele mês) foi publicada a última matéria que falava especificamente sobre a reorganização e as ocupações. Nove matérias foram publicadas após essa data mencionando os eventos, em que apenas fazia-se um balanço do ocorrido, ou simplesmente tratavam desse assunto lateralmente (comparando com outros protestos ou ocupações, por exemplo).

Essas 205 matérias foram identificadas como sendo 181 reportagens (narração de fatos e eventos, investigação, entrevistas, fotografias e etc.), 3 editoriais (publicados nos dias 29/10/2015; 05/12/2015 e 07/01/2016), 20 colunas e 1 comentário da Ombudsman do jornal, que criticou a cobertura da *Folha* no desencadear dos protestos e eventos.

As reportagens, de um modo geral, seguiam a estrutura indicada por Seixas (2013, p.174), com elementos argumentativos e narrativos, não apenas com a mera



descrição factual dos eventos. Isto é, para além de descrever os eventos em linhas gerais, narravam os acontecimentos, criando pequenas historietas, por vezes com predominância de estética emotiva, centradas em um recorte muito específico – como a estrutura de uma única ocupação, o perfil de um único jovem ou algum congêneres.

De um modo geral, a cobertura da *Folha* seguiu seu “modelo padrão”, de razoabilidade. Não houve manipulação dos fatos, falseabilidade de notícias ou vieses nesse sentido. Poderíamos, sob certos aspectos, chamá-la de uma cobertura “descritiva”, posto que focava em descrever e narrar os eventos mais do que em polemizá-los.

Não obstante, a cobertura cometeu aquilo que Leão Serva afirma ser um dos pecados originais do jornalismo, que é sua a-historicidade (SERVA, 2001): apesar de a reorganização de 2015 surgir nos mesmos moldes e ser a continuação de uma reorganização ocorrida em 1995<sup>7</sup> na rede pública, as matérias não se detiveram neste aspecto, frisando apenas a novidade do ocorrido.

Independentemente disso, qualquer suposta isenção desaparece quando se trata de interpretar os eventos e apresentá-los ao público leitor. Nesse momento, um léxico próprio é mobilizado, fornecendo as visões de mundo próprias do veículo em questão.

No caso em tela, por exemplo, as ocupações das escolas foram, em um primeiro momento, descritas como “invasões”. A adoção desse significante, por sua vez, traz uma desqualificação jurídica aos indivíduos que protestavam. Concentremo-nos neste aspecto.

A primeira ocupação ocorreu em 09/11/15, na Escola Estadual Diadema. No dia seguinte, foi a vez da E.E. Fernão Dias Paes. Esta segunda escola foi a que recebeu maior visibilidade e destaque por parte do jornal – deixando às demais escolas ocupadas espaços marginais em sua cobertura.

Isso se deve, principalmente, ao fator geográfico, uma vez que a E.E. Fernão Dias Paes, por estar na zona oeste de São Paulo, era de mais fácil acesso (e mais próxima da realidade paulistana) do que outras escolas da região metropolitana<sup>8</sup>.

---

7 Conforme argumentado por Goulart, Pinto e Camargo (2015).

8 Não nos esqueçamos que a proximidade geográfica é um dos critérios da criação de pautas (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 66). Assim sendo, diante de ocupações semelhantes, aquela que seria mais apresentada não seria necessariamente a primeira a passar pelo processo de reivindicação, mas a mais próxima do “leitor”. Isso sem mencionar que a E.E. Fernão Dias Paes é uma escola-modelo em São Paulo, na qual muitos indivíduos proeminentes (como atores) estudaram. Sob certos sentidos, sua escolha dialoga até mesmo com o público leitor do jornal, que, por vezes, é egresso dessa tradicional escola (como alguns de seus colunistas também o foram e relataram durante as coberturas).



De toda forma, a primeira matéria falando sobre as ocupações foi do dia 10/11/2015 e falava sobre a escola Fernão Dias Paes (citando apenas lateralmente a escola de Diadema). Já em seu título aparecia o entendimento do veículo, ao dizer que “Estudantes invadem e trancam escola em ato contra fechamentos em SP”<sup>9</sup>.

A retórica de que houve uma invasão predominou nesse período, sendo constante nas manchetes e no corpo das notícias. Os alunos eram apresentados como invasores, bem como seus apoiadores (como o MTST, em matéria do dia 14/11)<sup>10</sup>.

Até o dia 18/11/2015 predominou o tom crítico às ocupações e de apoio ao projeto de reorganização escolar. Nesse período (tendo como início o dia 23/09/2015, data da primeira matéria sobre o assunto), foram publicadas 25% de todas as matérias coletadas. Destas, 31 traziam elementos que permitiam defender a reorganização e/ou desqualificar as “invasões” que estavam ocorrendo.

As outras matérias desse período, ainda que por vezes questionassem pontos específicos da proposta, não davam voz aos alunos, que não puderam se manifestar (as vozes discordantes ouvidas foram as do sindicato dos professores (APEOESP)<sup>11</sup> e de docentes universitárias.

O dia 18/11, no entanto, foi um ponto de virada discursiva. A partir dessa data, foram publicadas mais 154 matérias sobre a reorganização e as ocupações secundaristas e, destas, apenas 25 criticavam abertamente as ocupações ou defendiam por completo a proposta de reorganização escolar. Predominou um discurso que indicava o caráter democrático das manifestações<sup>12</sup>, bem como criticava a falta de diálogo do governo<sup>13</sup> ou a truculência policial<sup>14</sup>.

9 CARMO, Sidney Gonçalves do; SOUZA, Felipe; GRAGNANI, Juliana. Estudantes invadem e trancam escola em atos contra fechamentos em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704401-estudantes-ocupam-e-trancam-escola-em-ato-contra-fechamentos-em-sp.shtml>>. Último acesso em 02/06/2018

10 CAMARGO, Cristina. MTST invade três escolas estaduais em protesto contra 'reorganização'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706446-mtst-invade-tres-escolas-estaduais-em-protesto-contra-reorganizacao.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

11 AMÂNCIO, Thiago. 'Vai ser uma bagunça', diz sindicato sobre mudança em escolas de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 set. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685332-vai-ser-uma-bagunca-diz-sindicato-sobre-mudanca-em-escolas-de-sp.shtml>>. Acesso dia 05/06/2017.

12 Como bem ilustra a matéria que descaracteriza um indivíduo que critica os protestos, ao mostrar suas pautas e como os alunos têm agido. Vide: 'É VAGABUNDICE', diz motorista parado em protesto de alunos em SP; veja vídeo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714121-e-vagabundice-diz-motorista-parado-em-protesto-de-alunos-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

13 SOUZA, Felipe; CARMO, Sidney Gonçalves do. Governo Alckmin infla balanço de desocupações de escolas em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712358-governo-alckmin-infla-desocupacao-de-escolas-em-sp.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

14 RODRIGUES, Artur. Em 'dança das cadeiras', alunos escapam da PM e discutem com motoristas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2015. Educação. Disponível em:

---

O que indica a virada discursiva parece ser o pedido de reintegração de posse por parte do governo<sup>15</sup> e a iminência da atuação policial, que gerou comoção por parte da opinião pública, diante do relato do desespero dos pais, que passaram a acampar do lado de fora das escolas<sup>16</sup>.

Outros elementos, contudo, não devem ser descartados, dada a complexidade do fenômeno com o qual nos deparamos. Se é verdade que pautas mais abstratas, como a mudança do currículo escolar, podem não repercutir de imediato no cotidiano das famílias, a mudança de alunos de uma escola para outra as afeta imediatamente. No primeiro caso, manifestações poderiam ocorrer, mas seriam menores. Já uma mudança que pode afetar o cotidiano da família, fazendo com que os alunos tenham de se deslocar para mais longe, separando irmãos de séries diferentes que estudavam na mesma escola (e os enviando para instituições distintas), desencadearia resistências mais acentuadas e imediatas.

Isso se manifestou já no dia 04/11/2015, quando, ao divulgar pesquisa do Datafolha, ficou explícito que a maioria da população (59%) não aprovava a política de remanejamento de alunos proposta pelo governo Alckmin, para levar a cabo a reorganização<sup>17</sup>.

Como não houve uma comunicação oficial por parte da Secretaria de Educação, a proposta de reorganização foi levada ao conhecimento das famílias, primordialmente, graças à cobertura midiática. E, a despeito de coberturas que tendiam a defender e apoiar essa proposta – como comentam Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) – houve um espaço para deliberação e discussão pública, na qual os indivíduos (sejam afetados diretamente ou não pela política, já que a pesquisa do Datafolha não faz essa distinção) se posicionaram contrários à reorganização.

Ora, a postura da opinião pública, de ser contrária à proposta e a favor das ocupações, entendidas como movimento legítimo e democrático de contestação, é um

---

<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714554-em-danca-das-cadeiras-pelas-ruas-alunos-despistam-pm-e-discutem-com-motoristas.shtml>>. Último acesso em 08/06/2017

15 TAKAHASHI, Fábio; GRAGNANI, Juliana. Temos de pedir a reintegração de escolas invadidas, diz secretário de Alckmin. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707710-temos-de-pedir-a-reintegracao-de-escolas-invadidas-diz-secretario-de-alkmin.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

16 SOUZA, Felipe. 'Estou apavorada', diz mãe que espera reintegração de posse em escola em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707935-estou-apavorada-diz-mae-que-espere-reintegracao-de-posse-em-escola-em-sp.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

17 SOUZA, Felipe; MACHADO, Leandro. 59% dos paulistanos reprovam remanejamento de alunos no Estado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 nov. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1701990-59-dos-paulistanos-reprovam-remanejamento-de-alunos-no-estado.shtml>>. Último acesso em 07/06/2017

---

fator de constrangimento a um jornal como a *Folha de S.Paulo*, que construiu uma autoimagem de democrático, do “jornal das Diretas”.

Como coloca Chaparro,

(...) pouco apegada a tradições, e ao contrário de outros grandes jornais do mundo e um ou outro do Brasil, a *Folha de S.Paulo* tem em sua identidade marcas de jornal ostensivamente movido a razões comerciais. Possui, por isso, propensão a mudanças, para adequar-se às preferências e solicitações de quem o compra. E não é um comportamento dissimulado: no seu manual, faz questão de definir o leitor como consumidor. Na contrapartida, a *Folha* assume-se como produto. E assenta nessas opções a base de seu jornalismo (CHAPARRO, 2014, p. 132s).

Diante disso, temos uma hipótese explicativa da razão da mudança discursiva do jornal: uma resposta reflexiva à opinião pública (entendo a reflexividade não como um fruto da reflexão, mas como o ato do reflexo, dialogando com aquilo que a opinião pública passou a pensar sobre o fenômeno).

O jornal mais lido do país não gostaria de ter visões discordantes da maioria da população paulista (conforme argumenta Chaparro). Dito de outro modo, o meio de comunicação dá visibilidade para um evento, mas a discussão que daí surge escapa de seu domínio e, por vezes, consegue até mesmo fazer com que ele altere sua cobertura e veiculação.

Uma outra hipótese que poderíamos levantar para a mudança discursiva diz respeito à posição ocupada pelo jornal no campo jornalístico. A *Folha de S.Paulo* é um veículo de inspiração liberal, como comentamos acima e, assim, fatalmente refletirá isso em suas coberturas.

Observemos que, para ela, a reorganização era uma proposta palatável. Sempre disse isso, como seus editoriais indicam<sup>18</sup>. Não faria sentido, portanto, questionar tal proposta. Tanto é assim que foi o seu concorrente, o jornal *O Estado de S. Paulo*, quem obteve, via Lei de Acesso à Informação, o estudo que pautava todo o projeto de reorganização e deu esse furo de reportagem, mostrando as insuficiências do projeto. A cobertura da *Folha* não seguiu por esse caminho<sup>19</sup>.

---

18 Vide, sobretudo: LIÇÕES de um movimento. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 jan. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/01/1726695-licoes-de-um-movimento.shtml>>. Último acesso em 09/06/2017

19 É evidente que muitos outros fatores podem ter feito com que *O Estado de S.Paulo* tenha conseguido esse material exclusivo, e não a *Folha*. A corrida pelo furo jornalístico é um deles. A criatividade e ideias dos jornalistas de cada veículo, outra possibilidade. No entanto, uma outra possibilidade que se coloca é a de o jornal em questão simplesmente não ter cogitado seguir por esse rumo, afinal, a proposta de reorganização era boa, em sua leitura de mundo. Foi defendida a todo instante. Não faria sentido, nesse ponto, questionar seus balizadores e pressupostos, já que a apoiava de antemão.

No entanto, com a autoimagem de veículo democrático que construiu para si, o jornal não poderia continuar se opondo às ocupações, posto que o movimento apenas pedia mais diálogo, reclamava da atuação autoritária do governo e só estava agindo de tal forma porque suas alternativas de ação se esgotaram sem encontrar uma abertura no governo do PSDB para discussão. Manter a oposição feriria sua imagem de democrático, de jornal de centro, de veículo liberal. Talvez isso explique porque o veículo passou a apoiar a manifestação dos estudantes, apesar de discordar de suas pautas.

Vemos que estas duas hipóteses explicativas não são concorrentes, mas se inter-relacionam: 1) o jornal em questão mudou seu posicionamento por ser permeável ao debate que estava ocorrendo, ao posicionamento da opinião pública diante dos eventos que se somavam. 2) Ao mesmo tempo, essa foi uma mudança parcial, apenas tangendo aquilo que afetava sua autoimagem: as ocupações deixaram de ser condenadas, mas a reorganização continuou como proposta razoável, que deveria ser implementada – apenas demandando mais diálogo e transparência.

Prova disso são os editoriais publicados no período, que inicialmente criticavam as ocupações secundaristas, alegando que conturbavam o processo de uma política pública adequada e, por fim, passaram a defender as ocupações secundaristas, alegando que eram manifestações democráticas importantes, ainda que contra uma política pública necessária, conforme sintetiza o quadro abaixo:

Quadro 1 – Editoriais e breve resumo (elaborado pelo autor)

Data	Título	Resumo
29/10/2015	Confusão escolar	Fala que há pouco detalhamento da proposta e muita desinformação, mas a política pública, em si, é boa (justifica com dados sobre queda de alunos na rede pública). Critica abertamente os protestos, que estão conturbando o processo de reorganização.
05/12/2015	Lições de política	Chama o movimento dos secundaristas de intransigente e diz que foram lavados ao protesto por opositores do governo PSDB, os quais queriam desestabilizar a gestão tucana. Defende a reorganização e não questiona seus pressupostos (apenas a falta de diálogo da parte do governo).
07/01/2016	Lições de um movimento	Defende a reorganização, mas diz que as ocupações foram resistência democrática que

		ensinou muito ao país, com jovens mobilizados por aquilo em que acreditavam
--	--	---

Dito de outro modo, os editoriais exemplificam, de maneira clara, o jogo discursivo que se insinuou durante todo o período, com o apoio à reorganização se mantendo constante (posto que estava de acordo com as posições liberais do jornal) e as ocupações passando a ser vistas como legítimas apenas com o passar do tempo – após a opinião pública defender tal movimento e após a constatação de que não “apoiá-las” feriria a autoimagem de veículo democrático que o jornal assumiu para si.

### **Considerações finais: mudanças possíveis – mas até certo ponto**

A *Folha de S.Paulo*, como ela própria se define, é um jornal liberal, que acredita no livre mercado e na redução da atuação estatal, limitada apenas a corrigir imperfeições que prejudiquem a livre-iniciativa. Diante disso, era de se esperar que o veículo apoiasse a proposta de reorganização, justamente por ela pressupor “racionalização” (redução) dos gastos. Foi, de fato, o que aconteceu.

As ocupações secundaristas, por sua vez, foram uma das formas de resistência que os jovens adotaram contra os fechamentos das escolas. Tinham vínculos com suas instituições e toda sua rotina (e de suas famílias) seria afetada pela política proposta, sem que fossem sequer ouvidos.

Como vimos, a *Folha de S.Paulo*, em princípio, condenou os movimentos secundaristas. Com o passar dos dias, contudo, uma mudança em seus discursos ocorreu: ainda que continuasse apoiando a política pública do governo estadual, começou a também apoiar os protestos contra essa política, os quais foram entendidos como forma legítima e democrática de se manifestar.

Em nenhum momento explicou o motivo de tal mudança discursiva – e tal mudança é o que torna esse caso um excelente elemento para análise e discussão sobre os mecanismos de produção de notícias. É verdade que nem sempre tais mudanças ocorrem, mas isso não significa que não haja tensionamentos, em maior ou menor grau, na construção de qualquer pauta. O que acontece é que algumas reverberam mais, dada a visibilidade que conquistam e o interesse do público, como procuramos demonstrar.

É claro que a mera discussão não levará a mudanças discursivas nos veículos noticiosos. Tais mudanças apenas ocorrerão quando a cobertura conflitar com a autoimagem que ele possui e com sua fonte de legitimação no campo simbólico. A

despeito disso, a visibilidade dada ao evento pode levar ao debate e à mobilização de atores individuais e coletivos na arena pública.

Em síntese, a cobertura da *Folha de S.Paulo* sobre a reorganização escolar (2015) e as ocupações secundaristas foi um interessante recurso para analisarmos as dinâmicas na produção de notícias, vendo como ideias são construídas e ganham visibilidade. O público que as recebe, por sua vez, não é mero consumidor passivo, podendo oferecer resistências e novos entendimentos.

Diante disso, e relacionado às posições do veículo, mudanças discursivas podem ocorrer – ainda que as visões centrais do jornal possam se manter inalteradas. Tudo isso acontece por meio de diversas disputas simbólicas que se desenrolam no próprio palco que os meios de comunicação fornecem e constituem.

### Referências bibliográficas

BLOTTA, Vitor S. L. **O Direito da Comunicação**: uma nova teoria crítica do direito a partir da esfera pública política. São Paulo: Fiuza, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997

CAMPOS, Antônia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016

CHAMPAGNE, Patrick. La double dependence: quelques remarques sur les rapports entre les champs politique, économique et journalistique. *Hérmes, La Revue*. n. 17-18, 1995, p. 215-229

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Jornalismo, Linguagem dos Conflitos**. São Paulo: Edição do Autor, 2014

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável Público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 97, p. 43-55, nov. 2013

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da Redação**. As normas de escrita e conduta do principal jornal do país. 21 ed. São Paulo: Publifolha, 2018

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In. GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2008, p. 117-162

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2008

GOULART, Débora C.; PINTO, José M. R.; CAMARGO, Rubens B. Duas reorganizações (1995 e 2015): Do esvaziamento da rede estadual paulista à ocupação das escolas. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 109-133, jan./mar. 2017

HABERMAS, Jürgen. **!Ay Europa!** (Coleção *Estructuras y Procesos*). Espanha: Editora TROTTA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mudança Estrutural da Esfera Pública.** Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014

LYCARIÃO, Diógenes. Esfera pública e sistema midiático: tensões entre visibilidade e discutibilidade. **Contemporânea**, v. 8, n. 1, jul. 2010, p. 1-19

MAIA, Rousiley. Visibilidade midiática e deliberação pública. In. GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia.** São Paulo: Paulus, 2008, p. 165-194

\_\_\_\_\_. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009, p. 87-118

MENDONÇA, Ricardo F.; MAIA, Rousiley C. Atores coletivos e participação: o uso da razão pública em diferentes âmbitos interacionais. In. MAIA, Rousiley (coord.). **Mídia e Deliberação.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 125-163

MAUGER, Gérard. **La revuelta de los suburbios franceses:** una sociología de la actualidad. Buenos Aires: Antropofagia, 2007

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade. A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, jun. 2010, p. 59-76

NIEMIETZ, César de Lima. **Nova República, novo jornal:** Disputa pela legitimação do jornalismo da Folha de S.Paulo na redemocratização. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

PIRES, Elaine Muniz. **Imprensa, Ditadura e Democracia:** A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 132 p., 2008

SEIXAS, Lia. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. **Galáxia**, São Paulo, n. 25, 2013, p. 165-179

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação.** São Paulo: Editora Senac, 2001